

CONCORRÊNCIA CO SMCG N.º 003/2024

ANEXO VII – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS

CONCESSÃO COMUM PARA A CONTRATAÇÃO, EM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA A CONCEPÇÃO, DESENVOLVIMENTO, FABRICAÇÃO, FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO DE USO E DE UTILIDADE PÚBLICA, DIVIDIDO EM 4 (QUATRO) LOTES, NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO/RJ

O objetivo deste Anexo é estabelecer as Diretrizes do PLANO DE NEGÓCIOS da CONCESSIONÁRIA a ser entregue pela LICITANTE declarada como vencedora como condição de assinatura do CONTRATO e compatível com a proposta apresentada e declarada como vencedora.

1. Condições gerais do PLANO DE NEGÓCIOS

- O PLANO DE NEGÓCIOS a ser elaborado é de exclusiva responsabilidade da LICITANTE e deverá ser consistente, em si e com a PROPOSTA ECONÔMICA, e suficientemente claro quanto às diretrizes adotadas.
- O PLANO DE NEGÓCIOS deverá conter o detalhamento das premissas utilizadas na sua elaboração, como premissas de gratuidade, integração, evasão.
- Na elaboração do PLANO DE NEGÓCIOS, a LICITANTE deverá observar as disposições do Edital de Licitação e seus anexos, a minuta do contrato e as diretrizes expostas neste anexo.
- O PLANO DE NEGÓCIOS deverá ser apresentado impresso, com todas as folhas numeradas e rubricadas, em ordem sequencial crescente a partir de 1 (um). As planilhas financeiras incluídas no PLANO DE NEGÓCIOS deverão ser fornecidas em arquivos em meio magnético, gravados em arquivos padrão PDF (Adobe Acrobat) e em planilha eletrônica editável e compatível com Microsoft Excel, incluindo sua formulação matemática, vínculos e macros de forma aberta, passível de verificação, mediante a apresentação de todos os dados, fórmulas e cálculos realizados que resultaram no fluxo de caixa das projeções financeiras, para possibilitar a análise e a consistência dos cálculos
- Ocorrendo divergência entre valores indicados na planilha impressa e aqueles constantes da planilha em meio magnético, prevalecerão aqueles da planilha impressa.

1.1. Deverão ser observados os princípios fundamentais de contabilidade aceitos no Brasil e submetidos ao regime da Lei Federal 6.404/76 e alterações posteriores, especialmente as introduzidas pela Lei 11.638/2007, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade convergidas às normas internacionais, mediante a aplicação das International Financial Reporting Standards – IFRS, além das disposições da legislação fiscal vigente, incluindo as instruções normativas SRF nº 162, de 31/12/1998 e nº 130, de 10/11/1999, referentes à amortização e depreciação dos investimentos.

- A LICITANTE deverá realizar as projeções em moeda constante (não considerar a inflação).
- O PLANO DE NEGÓCIOS deverá ser apresentado em milhares de Reais

(R\$1.000), com periodicidade mínima anual e todos os valores constantes deverão estar expressos no primeiro dia do mês da data-base de referência da PROPOSTA ECONÔMICA indicada no Edital, pro rata temporis.

2. Diretrizes para o PLANO DE NEGÓCIOS

No PLANO DE NEGÓCIOS deverão ser informadas as premissas que constituirão os demonstrativos financeiros, contendo as hipóteses sobre as quais eles foram baseados. Para auxiliar o processo descritivo e de apresentação desses demonstrativos, a LICITANTE deverá preencher planilhas com quadros financeiros.

2.1 Demanda

A LICITANTE deverá informar e detalhar as premissas de demanda, tais como volume médio de anunciantes por face por unidade temporal, giro médio de anúncios por face por unidade temporal, estimativa média de vacância, entre outras premissas pertinentes.

2.2 Receitas e Tributos

2.2.1 Receitas

A LICITANTE deverá informar e detalhar as receitas previstas, incluindo descritivos que contenham narrativas explicando os números que serão apresentados, conforme os requisitos mínimos abaixo:

- As receitas previstas detalhadas por tipo de mobiliário, por unidade temporal e por face.
- Dentre as premissas para o cálculo da receita, a LICITANTE deverá apresentar estimativas de deduções com política de descontos comerciais, se aplicável.
- As receitas financeiras oriundas de aplicações e/ou outras operações financeiras.
- Caso haja, considerar RECEITAS ACESSÓRIAS, devendo apresentar discriminação entre elas.

2.2.2 Tributos sobre faturamento

A LICITANTE deverá informar e detalhar os tributos que incidirão sobre os itens de receitas, seu regime de tributação, base de cálculo e alíquotas.

2.3 Despesas Operacionais

Descrever o modelo de custos da futura Concessionária, detalhando:

a) Custos e despesas operacionais e administrativas, discriminando os itens de custo / despesa: pessoal operacional e administrativo, manutenção do mobiliário, , utilidades, comissões comerciais, entre outros.

b) Custos socioambientais, se aplicável.

c) Outras despesas:

- Despesas com outorgas;
- Despesas com regulação e fiscalização;
- Despesas relativas às garantias e seguros contratados;
- Descrever as demais despesas previstas.

A LICITANTE deverá, além de apresentar os custos acima, apresentar descritivos que contenham narrativas explicando os números que serão apresentados.

2.4 Investimentos e imobilizado

Descrever os investimentos previstos durante o prazo de concessão com detalhamento do CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

2.5 Depreciação e amortização

Detalhar as despesas com amortização do ativo financeiro e intangível, além das despesas com depreciação.

2.6 Plano de Garantias e Seguros

Detalhar as garantias e seguros a serem contratados para atender as exigências contratuais, com a indicação das condições e características de cada produto e custos.

2.7 Despesas Pré-Operacionais

Descrever as despesas pré-operacionais da Concessionária, que ocorrerão

antes do início da operação.

2.8 Financiamento

Apresentar e descrever o plano de financiamento da Concessionária, incluindo os aportes de acionistas com recursos próprios, empréstimos, emissões de títulos, emissões de debêntures e leasing financeiro e respectivos custos quanto à despesa de juros, taxas, comissões, seguros e garantias.

2.9 Fluxo de Caixa

A LICITANTE deverá projetar o Fluxo de Caixa do Projeto (desalavancado) e o Fluxo de Caixa do Acionista (alavancado), compatível com as premissas adotadas no PLANO DE NEGÓCIOS. Deverá ser calculada a Taxa Interna de Retorno para o Fluxo de Caixa do Projeto e para o Fluxo de Caixa do Acionista.